

Parecer Técnico

**SICÍLIA FI RENDA FIXA LP**

Fortaleza/CE, 09 de abril de 2018

Ao Senhor  
ANTÔNIO DE PÁDUA AMADOR DE ALBUQUERQUE  
Presidente do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO CRATO - PREVICRATO

**REF.: Parecer Técnico sobre produtos de investimentos**

**1.1. Informações Básicas**

Fundo: Fundo de Investimentos Sicília Renda Fixa Longo Prazo

CNPJ: 17.213.849/0001-46

Público Alvo: Investidores Profissionais.

Administrador: ICLA Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Gestor: MHFT Investimentos S.A

Custodiante: Positiva CCTVM S.A

Auditor: BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples.

Data de constituição: 14/11/2012

Data de início das atividades: 24/09/2015

Enquadramento Resolução CMN nº 3.922/2010: Desenquadrado

Índice de referência: IMA-B

Taxa de administração: 1,26% a.a. sobre o patrimônio líquido do fundo

Taxa de performance: 20,00% da valorização da cota do fundo, em cada semestre civil que o fundo exceder a 100% do IMA-B.

Resgate: D+30 dias corridos após o pedido de resgate

- Com cobrança de taxa de saída: D+30 dias corridos
- Sem cobrança de taxa de saída: D+84 meses (7 anos) contados da data da integralização do valor que der origem à solicitação de resgate.

Taxa de saída: 30% sobre o valor do resgate

Aplicação mínima inicial: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Valor mínimo para movimentação: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Saldo mínimo de permanência: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

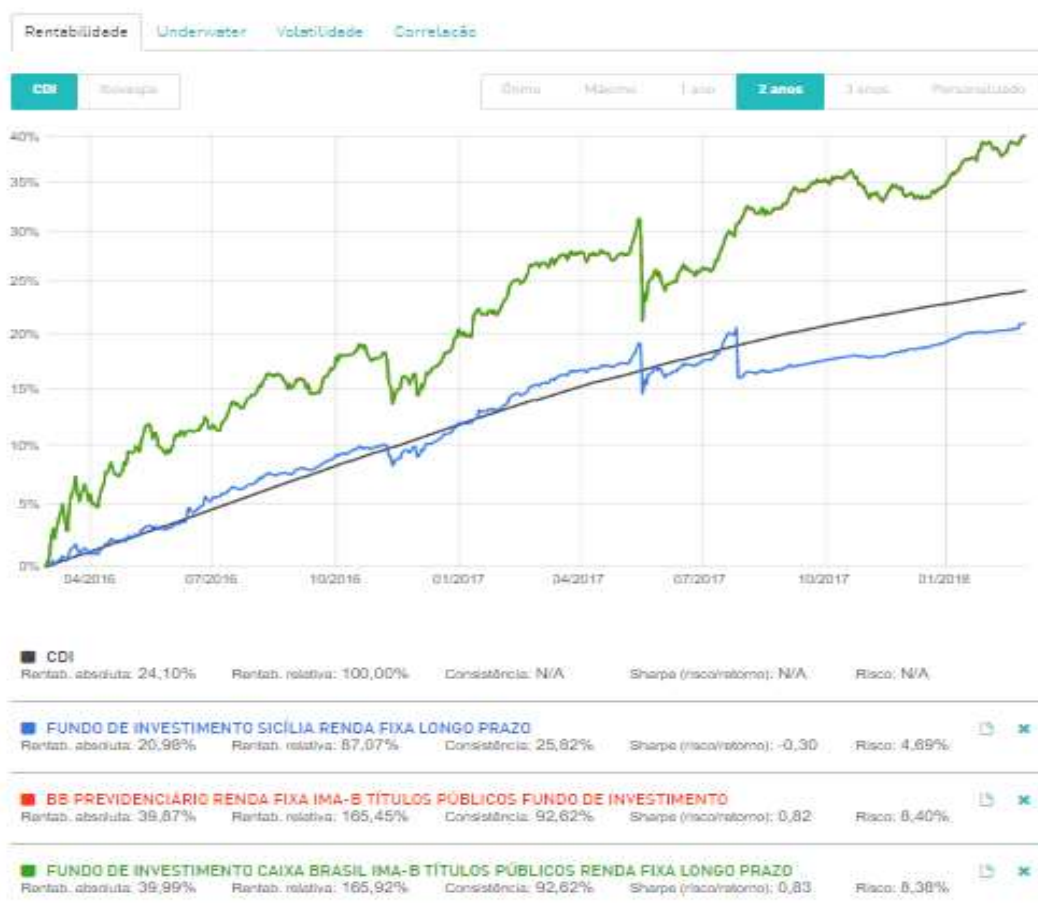
### **1.2. Comentários sobre Enquadramento**

- O fundo possui patrimônio de R\$ 66,480 milhões e apenas 5 cotistas.
- Há um desenquadramento em relação ao inciso I do parágrafo 3º do art. 7º da Resolução CMN nº 3.922/2010, que diz que os ativos de crédito privado deverão ser considerados de baixo risco de crédito. Não conseguimos identificar o grau de risco incorrido por alguns ativos presentes na carteira.
- O parágrafo 8º do art. 7º da Resolução CMN nº 3.922/2010 determina que os ativos de emissão privada devem atender ao que determina os itens I a IV, o que também não ocorre neste fundo, gerando desenquadramento.
- O art. 14 da Resolução CMN nº 3.922/2010 informa que o RPPS não poderá ter mais que 15% do patrimônio de um fundo de investimento. Esse limite foi estabelecido em outubro de 2017 pela Resolução CMN nº 4.604. Antes, o limite era de 25%. O PREVICRATO possui atualmente 20,95% do patrimônio deste fundo, o que, conforme a nova resolução, configuraria desenquadramento, no entanto, como a aplicação foi realizada antes da publicação da Resolução CMN nº 4.604/2017, não será considerado desenquadramento conforme previsto no parágrafo primeiro do art. 21.
- O fundo encontra-se desenquadrado no que se refere ao inciso VII do art. 23 da Resolução CMN nº 3.922/2010 que determina que é vedado aos RPPS aplicarem direta ou indiretamente em fundos destinados exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica. Considerando que o referido fundo tem como público alvo exclusivamente investidores profissionais, sendo o PREVICRATO considerado investidor qualificado (e não profissional), pode-se considerar como um desenquadramento.
- O fundo apresenta ainda desenquadramento no que diz respeito à classe. Conforme a CVM, um fundo de renda fixa só pode ter em sua carteira no máximo 49% de ativos privados, sendo o restante composto por títulos públicos, o que não ocorre neste fundo que possui 51% em ativos privados.

### **1.3. Comentários sobre o Fundo**

- O fundo apresenta rentabilidade um pouco inferior quando comparada à de outros fundos da família IMA-B, mesmo aqueles compostos integralmente por títulos públicos. Podemos ver a seguir, na comparação das rentabilidades deste e de dois tradicionais fundos desse segmento. Vale ressaltar que os fundos utilizados para comparação apresentam risco consideravelmente menor, por serem compostos integralmente por títulos públicos, e apresentam liquidez imediata. O SICÍLIA, por sua

vez, é composto por títulos privados de alto risco e sem liquidez.



Fonte: Vérios (28/03/2018) <https://goo.gl/HqoSMQ>

- A rentabilidade acumulada desde o início das atividades do fundo (de 24/09/2015 a 28/03/2018), é de 30,51% enquanto o CDI rendeu 31,86% no mesmo período.
- O fundo tem seu patrimônio composto por cotas de outros dois fundos: Botafogo Institucional FI Renda Fixa (45,97% do total) e Caís Mauá do Brasil Infraestrutura FIP (1,67% do total). O restante dos recursos são distribuídos da seguinte forma, 3,14% de outros valores a receber e 49,22% em debêntures da empresa M. Invest Planejamento e Adm S.A (CNPJ: 12.294.194/0001-64). Para melhor entendimento do risco do fundo, é necessária a abertura das carteiras dos dois fundos investidos e do conhecimento da situação atual da empresa M. Invest:
  - **Botafogo FI RF:** É um fundo de investimentos de renda fixa, enquadrado no artigo 7º IV “a”, destinado a investidores qualificados. Investe 100% dos recursos em títulos públicos federais

e tem como benchmark o CDI. No entanto, o fundo apresenta desempenho inferior e taxa de administração (0,75% a.a.) superior a outros fundos com as mesmas características.

- **FIP Caís Mauá:** O Fundo de Participações Caís Mauá, é composto integralmente por ações da empresa Caís Mauá do Brasil (CNPJ: 13.072.557/0001-80). Para mais informações sobre o fundo e a empresa, consultar relatório do referido FIP.
- **M. Invest:** As debêntures da M. Invest tiveram sua nota de crédito rebaixada para “C” pela LF Rating em relatório publicado em outubro/2017. A nota “C” implica que *“As obrigações que recebem esta classificação possuem garantias insuficientes para honrarem os compromissos de principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. Risco de inadimplência muito alto.”*.

Fonte:

[https://www.orladv.com.br/sites/default/files/ativos/m.invest\\_acao\\_de\\_rating\\_env\\_cliente\\_26out17.pdf](https://www.orladv.com.br/sites/default/files/ativos/m.invest_acao_de_rating_env_cliente_26out17.pdf)

Após a publicação desse rebaixamento, em outubro de 2017, novos desdobramentos já ocorreram e a empresa entrou em processo de falência, com investigações sobre possíveis fraudes, conforme links a seguir:

<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-mda-questao/>

<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2018/03/economia/616843-tribunal-de-justica-suspende-falencia-do-m-grupo.html>

#### **1.4. Fundo de Previdência Social dos Servidores do Crato – PREVICRATO**

O PREVICRATO possuía, em 28/02/2018, R\$ 13.867.457,35 aplicados no Sicília, o que representa 20,95% do patrimônio líquido do fundo e 17,03% do total de recursos do PREVICRATO.

#### **1.5. Considerações finais**

- O artigo 1º da Resolução CMN nº 3.922/2010 diz que os recursos dos RPPS “devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência”. Não conseguimos mensurar tais condições, por conta de operações que não estão bem claras ao entendimento do público.
- Conforme descrito acima, o fundo não apresenta desempenho compatível com outros fundos da carteira. O risco é superior ao de outros fundos investidos pelo PREVICRATO e o prazo para resgate mais dilatado. Soma-se a isso, a indisponibilidade de informações e difícil previsão sobre o efetivo recebimento dos recursos no prazo (2023).

- Conforme determina o art. 18 do regulamento do fundo:
- A aplicação neste fundo foi realizada em dois momentos. A primeira aplicação foi no dia 13 de junho de 2016 no valor de R\$ 2.000.000,00 e a segunda aplicação foi no dia 24 de junho de 2016 no valor de R\$ 10.000.000,00. Desta forma, a rentabilidade auferida desde a aplicação inicial é de 17,29%.
- Conforme determina o art. 18 do regulamento do fundo:

**Artigo 18.** *O resgate do Fundo pode ser solicitado a qualquer momento, e deverá ser pago, a critério da Gestora, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data da solicitação de resgate, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia previsto para o pagamento não seja dia útil, utilizando-se o valor da cota de fechamento do dia anterior ao pagamento.*

**Parágrafo Primeiro.** *Não haverá cobrança da Taxa de Saída prevista no Artigo 13 deste Regulamento, nas seguintes situações:*

*a) caso a solicitação de resgate ocorra após 84 (oitenta e quatro) meses contados da data da integralização do valor que der origem à solicitação de resgate;*

*b) caso o Fundo possua recursos em caixa e, a exclusivo critério do Gestor, não haja expectativa de investimentos a curto prazo.*

**Parágrafo Segundo.** *No caso da ocorrência da hipótese prevista no item (b) do parágrafo 1º deste artigo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:*

*a) os resgates recebidos em cada dia serão atendidos pela ordem de chegada da solicitação na Administradora;*

*b) na ocorrência de solicitações de resgate em valor superior aos recursos disponíveis no Fundo, a Administradora acatará os pedidos de forma proporcional à participação, no patrimônio líquido do Fundo, de cada cotista solicitante, sempre limitado ao valor solicitado pelo cotista;*

*c) os pedidos de resgate que, a critério da Administradora, não puderem ser acatados, perderão a validade, devendo o cotista interessado, solicitar novo resgate, observando o prazo mínimo de um dia útil após cada solicitação;*

*d) os resgates atendidos com base no item (b) do parágrafo primeiro deste artigo, serão convertidos pela cota de fechamento do dia do pedido e pagos no dia útil seguinte ao da solicitação.*

- Considerando a aplicação realizada em junho de 2016, os resgates, sem o pagamento da taxa de saída, só poderão ser realizados em junho de 2023, condicionados ainda ao que determina o item “b” do parágrafo primeiro acima citado.
- Caso a decisão seja a de realizar o pedido de resgate pagando a taxa de saída de 30% sobre o valor resgatado, os recursos deverão estar disponíveis na conta do PREVICRATO em até 30 dias.
- Entendemos que em função do processo de falência da M. Invest acima citado (ainda não incorporado ao valor da cota do fundo), a decisão mais prudente é a da solicitado do resgate pagando a taxa de saída.
- Como aproximadamente 46% do patrimônio do fundo está no fundo Botafogo Renda Fixa, composto integralmente por títulos públicos, e este possui liquidez (D+1), entendemos que não teremos dificuldade em receber os recursos.

- Ressaltamos que, considerando a taxa de saída de 30%, o PREVICRATO deverá receber aproximadamente R\$ 9,7 milhões.

Este é nosso parecer.



**Vitor Leitão Rocha**  
Responsável Técnico